

Concursos públicos: RJ tem 19 novas reclamações por dia

Ações judiciais cresceram 63% em cinco anos no país

Candidatos aprovados em concursos públicos no Rio de Janeiro têm recorrido com mais frequência ao Judiciário para reivindicar o direito à nomeação. No último ano, o estado registrou 6.878 novas ações judiciais envolvendo disputas sobre classificação e preterição em concursos públicos, o que representa uma média de 18,84 processos por dia. É o que aponta levantamento com base no BI (Business Intelligence) do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com dados extraídos no último dia 13 de março.

Raphael de Almeida, advogado especialista em concursos públicos e sócio do Duarte & Almeida Advogados, explica que a preterição ocorre quando a administração pública desrespeita a ordem de classificação do concurso e candidatos aprovados são ultrapassados ou ignorados na convocação para o cargo. Nesses casos, segundo ele, “o candidato prejudicado pode recorrer ao Judiciário para reivindicar o direito à nomeação”.

Em todo o Brasil, os números mostram a alta desse tipo de ação judicial. Em 2025, o país teve 44.605 novos processos sobre o tema, frente a 35.332 em 2024, um aumento de 26,5% em apenas um ano. Na comparação com 2020, quando foram registrados 27.330 processos, o crescimento chega a 63,21% em cinco anos.

Os primeiros dados de 2026 indicam que o ritmo de judicialização permanece elevado. Ape-



Lula Marques/Agência Brasil

É o que aponta levantamento com base no BI (Business Intelligence) do CNJ

nas em janeiro, foram registradas 2.682 novas ações, uma média de 86 casos por dia.

Entre os estados, o Rio de Janeiro concentrou o maior número de ações no último ano, com 6.878, seguido do Distrito Federal (5.385) e da Bahia (3.894). Também aparecem com números elevados Pernambuco (3.841) e Minas Gerais (3.445).

Glauco Leal Nogueira, advogado especialista em Direito Público e sócio do Leal Nogueira Advogados, afirma que os casos mais comuns envolvem quebra da ordem de classificação ou situações em que o poder público deixa de convocar aprovados

enquanto mantém contratações temporárias ou outras formas de preenchimento do cargo. “Nessas circunstâncias, os candidatos podem entender que houve desrespeito ao resultado do concurso e recorrer ao Judiciário”, diz.

Raphael de Almeida lembra que o próprio edital estabelece os caminhos para contestação de eventuais irregularidades. “O edital prevê a possibilidade de contestar notas, questões ou critérios de correção. Se o candidato identificar erro ou inconsistência, o ideal é apresentar o recurso no prazo, apontando de forma objetiva os pontos equivocados”, afirma.

Também há prazo para esse tipo de questionamento. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que eventual preterição deve ser contestada dentro do prazo de validade do próprio concurso. “Isso significa que o candidato precisa demonstrar que o ato que gerou o prejuízo ocorreu enquanto o certame ainda estava vigente”, explica Glauco.

Segundo ele, o candidato pode inicialmente recorrer pela via administrativa e, se necessário, buscar medidas judiciais. “Pode caber desde a impugnação do edital até a apresentação de mandado de segurança”, acrescenta.

MGI promove leilão com 13 imóveis em BH

A Minas Gerais Participações S.A. (MGI), empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta do Governo do Estado de Minas Gerais, lançou o edital 002/2026, que trata da venda de 13 imóveis de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM).

O certame, que segue aberto até o dia 12/5, reúne lojas comerciais, casas com uso residencial e comercial, além de terrenos, todos localizados em Belo Horizonte. Os valores iniciais dos imóveis variam entre R\$ 37 mil e R\$ 16 milhões.

Entre os destaques do edital estão nove lojas comerciais situadas no Centro de Belo Horizonte, com metragens que variam de 17,50 m² a 420,00 m². Os imóveis estão próximos à Estação Central do metrô e à Praça Sete de Setembro, em uma região de grande circulação e potencial comercial. As unidades serão ofertadas de forma individual, permitindo que o interessado adquira uma ou mais lojas, conforme sua estratégia de investimento.

As casas também se destacam pela localização privilegiada. Uma delas está situada no bairro Santo Agostinho, com área construída de 314,00 m² distribuída em dois pavimentos. A outra, localizada no bairro Funcionários, possui 176,80 m² de área construída, também em dois pavimentos, além de vaga de garagem para três veículos.

O edital conta ainda com duas oportunidades de terrenos: um com área de 47.745,00 m², no bairro Jardim Vitória, e outro com 123.119,86 m², no bairro Jardim Belmonte. Inseridos em regiões com infraestrutura consolidada e em expansão, os imóveis apresentam amplo potencial para diferentes tipos de aproveitamento.

Como participar Para participar do processo licitatório é necessário se cadastrar no site da MGI Leilões, como pessoa física ou jurídica. Após esta etapa, os interessados poderão conferir os imóveis no mesmo endereço eletrônico e formalizar seus lances.

O comprador deverá cientificar-se previamente das exigências e restrições de uso eventualmente impostas pela legislação e/ou por órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Passageiros surdos terão atendimento em Libras por videochamada no Metrô

Os passageiros surdos que utilizam o Metrô de São Paulo passarão a contar, a partir desta quarta-feira (18), com um novo recurso de acessibilidade para facilitar o atendimento nas estações: videochamadas ao vivo, gratuitas, com intérpretes do programa São Paulo São Libras, do Governo de São Paulo, lançado em 2023 que garante a pessoas surdas autonomia e tranquilidade em serviços públicos estaduais. A iniciativa é uma parceria entre o Metrô de São Paulo e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD).

Nesta primeira fase, o atendimento vai estar disponível nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Monotrilho, em um total de 63 estações que transportam diariamente cerca



Pablo Jacob/Governo de SP.

Passageiro do metrô em SP destacou o avanço de cidadania

de 3,2 milhões de passageiros. Até o final de março, o serviço deve ser expandido para as estações da futura Linha 17-Ouro.

Com a novidade, quando um passageiro surdo precisar de informações ou atendimento nas

estações, será possível acionar o sistema por meio de QR Codes afixados nas estações, próximos a SSO ou linha de bloqueios, e iniciar uma chamada com um intérprete de Libras. O profissional fará a mediação da comunicação

entre o passageiro e o funcionário do Metrô, traduzindo a conversa entre Libras e português em tempo real.

“É um marco histórico no estado de São Paulo, que revoluciona a rotina das pessoas surdas, permitindo a comunicação direta em Libras. Consiste numa iniciativa que não apenas abre portas para a comunidade surda, mas também representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham igualdade de acesso aos serviços públicos. A tecnologia é uma aliada para criarmos mudanças reais e positivas na vida das pessoas”, destaca o secretário Marcos da Costa.

Passageiros do Metrô destacaram que a iniciativa representa um avanço de cidadania.